

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 10, janeiro a junho de 2003

A RESPONSABILIDADE COMO PRINCÍPIO PARA UMA ÉTICA DA RELAÇÃO ENTRE SER HUMANO E NATUREZA

Amarildo R. Ferrari

RESUMO

Através do presente texto somos todos admoestados a abandonar uma ética antropocêntrica, da qual vem todos os nossos valores em detrimento dos valores que adicionam o cuidado com os bens naturais e todos os seres vivos. De nosso posicionamento ético provém nosso julgamento de tudo o que é e não é humano, do que adquire predomínio ou proeminência. O antropocentrismo expandiu o pensamento dominador e explorador dos recursos naturais, como se eternamente existissem, se multiplicassem, ou talvez aparecessem por milagre da mãe natureza. Somos convidados a responder e a pensar diferente, a reformular as razões do pensar instrumental, com sua idéia ilimitada de progresso. O autor se confessa otimista ante a emergência do ser humano da gratuidade e da solidariedade, como um conseqüente agir e existir. Por fim um ser ligado a sua sempre presente, mas já abandonada, condição criacional.

O trabalho que ora apresento tem a finalidade de pensar o futuro da espécie humana e de toda a criação, como seres interdependentes e de existência condicionada pelo mesmo fator: o equilíbrio do meio ambiente. Urge, portanto, uma relação harmoniosa e musical com o espaço circundante. Sem esta, estamos comprometendo a existência saudável dos seres no presente e seqüestrando a possibilidade de existência de gerações futuras. Quem ousamos ser para determinar hoje a existência ou não da espécie amanhã?

Uma nova ética, baseada numa relação de responsabilidade e fraternal, é um fator decisivo para a nossa mudança de pensamento e de atitude existencial. Somos convidados a dar o nosso "Sim", perpetuador da espécie humana e reconhecedor de nossa fraternidade responsável com as demais criaturas deste nosso universo. Um "Sim" vital, de escolha preferencial pela vida. Somos interpelados a reconhecer nossa criaturalidade, descartando

nossa idéia mecanicista do universo ou do ser humano ou da natureza. Somos admoestados a abandonar nossa ética antropocêntrica, da qual vem todos os nossos valores em detrimento dos valores naturais e animais. De onde vêm nosso julgamento de tudo o que é e não é humano. Antropocentrismo que expandiu o pensamento dominador e explorador de nossos recursos naturais, como se eternamente existissem. Ou talvez aparecessem! De onde? Nosso umbigo egoísta nunca quis responder. Somos convidados a pensar diferente, a pensar as razões do pensar. A razão instrumental, com sua idéia ilimitada de progresso, não soube conduzir-nos com sabedoria. Esta não reside somente no racional. Deparamo-nos, num momento repentino de lucidez, com uma criação agonizante. E percebemos que nossa tecnologia e ciência sabem pensar, mas não sabem curar feridas. Por fim, somos intimados a gestar uma nova civilização planetária, a qual leve em consideração apenas um único e essencial princípio: a vida. Resposta simples para uma complexa solução de uma complexa questão.

Ressalto que este trabalho foi construído de forma interdisciplinar e não somente filosófica, pois entendo que a questão ambiental é responsabilidade de todos. Todas as formas de conhecimento devem auxiliar o nascimento de uma nova ética que não seja regida pela razão, mas sim por um sentimento de pertença mútua entre todos os seres.

A ética antropocêntrica na relação ser humano-natureza

Abordarei de forma sintética o pensamento de Hans Jonas sobre a questão de uma nova ética orientada ao meio ambiente como forma solidária de uma nova relação ser humano-natureza. Marcadamente, o ser humano tem uma ética antropocêntrica. Ou seja, tudo gira em torno de seus próprios direitos e deveres. O Homem sempre se entendeu o centro do universo, portanto todos as éticas existentes até agora tinham os seguintes princípios:

- “1)A condição humana, resultante da natureza do homem e das coisas, permanece no fundamental fixa de uma vez para sempre;
- 2) sobre essa base é possível determinar com clareza e sem dificuldades o bem humano;
- 3) o alcance da ação humana e da responsabilidade humana está estritamente delimitado”¹.

O que o autor quer demonstrar a seguir é que as premissas acima citadas já não são mais válidas e o que isto significa para nossa moral, visto que, uma mudança das ações humanas implica numa mudança de ética. Conceber uma nova ética que não inclua o meio ambiente como digno de direitos e deveres é continuar trilhando nos mesmos caminhos cartesianos que até agora trilhamos

O homem é pequeno comparado aos elementos e isto é que preocupa quando investe contra eles. Em seu conceito de “progresso sem limites”, desfazia dos poderes dos elementos naturais, como se estes, em nada ameaçassem o ser humano. Com uma teoria técnico-científica de dominação acreditava que tudo poderia ser controlado racionalmente. Tudo o que o homem fazia com o ar, com a terra e com o mar parecia desprovido de maldade e superficial.

O homem, para se situar num contexto de espécie que vive em sociedade, organizada e equilibrada, criou a cidade. A cidade criada pelo homem é um novo equilíbrio

¹ JONAS, Hans. *El principio de responsabilidad*. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995. p. 23

dentro de um equilíbrio maior do conjunto. Tudo o que o homem criava ficava nesta cidade e não atingia a natureza das coisas. Há via uma espécie de “respeito territorial” entre o ser humano e as espécies animais e vegetais. Os seres da cidade pouco agrediam os seres da floresta ou a própria floresta. Pouco influenciavam nos seres das águas ou nas próprias águas.

A cidade criada pelo homem é separada do resto das coisas era o único domínio a qual o homem tornou-se responsável. A natureza não era de sua responsabilidade. Ela cuidava de si e também do próprio homem. Essa relação descomprometida com a natureza, mas eticamente voltada ao ser humano criou no homem, no decorrer dos anos, uma cultura antropocêntrica, com uma ética somente puramente antropocêntrica. A natureza, desconhecida e temida, seguia fluentemente os tempos, sem necessidade de cuidado.

“Frente à natureza não se fazia uso da ética, senão da inteligência e da capacidade de invenção. Porém, na ‘cidade’, no artefato social onde os homens se relacionam com os homens, a inteligência tem de ir ligada à moralidade, pois esta é a alma da existência humana”².

Toda ética que recebemos vêm deste marco intra-humano e age conforme suas medidas. Conforme Hans Jonas, a ética antropocêntrica que nos foi legada tinha as seguintes características:

- Tudo que atuasse em objetos não-humanos não eram tidos como de relevância ética. Portanto, direitos ou dignidade dos animais nem sequer era cogitada.
- A ética tradicional é antropocêntrica, ou seja, dizia respeito ao trato do homem com o homem, inclusive consigo mesmo.
- O homem era visto em sua condição como essência, como um ser presente no mundo e não como objeto de uma “techne” transformadora.
- A ética se preocupava com o aqui e o agora das situações que o homem enfrentava, tanto públicas quanto privadas. Todas as situações enfrentadas pelo ser humano, na relação dos seres humanos entre si eram dignas de um julgamento ético e moral. Este julgamento, porém, não se aplicava na relação homem-natureza.

Tudo mudou de forma decisiva. A técnica moderna introduziu elementos novos, os quais já não podem ser abarcados pela ética tradicional. Todas essas mudanças impõem à ética uma dimensão nunca antes sonhada, de responsabilidade.

A primeira e maior mudança hoje constatada é a vulnerabilidade da natureza à técnica do homem. Algo que não se suspeitava até perceber-se os danos causados. Essa vulnerabilidade dá ao homem a responsabilidade da biosfera inteira em que vivemos.

“A natureza, enquanto responsabilidade humana, é sem dúvida um *novum* sobre o qual a teoria ética tem que refletir. Que classe de obrigação atua nela? Trata-se de algo mais que um interesse utilitário?”³.

O saber deve se converter em um dever urgente. Faz-se necessário um reconhecimento da ignorância com reverso do dever de saber. As éticas passadas se preocupavam com questões da existência do ser humano. Agora deverá ocupar-se com os direitos e deveres do ser humano no seu inter-relacionamento com toda a criação. Agora, o papel da ética é tornar-se uma ecoética, entendida como uma ética voltada ao meio ambiente e a todos os seres que o compõem, inclusive o ser humano. Uma ética voltada a

² Ibidem, p. 28.

³ Ibidem, p. 33.

um relacionamento equilibrado entre todos os ecossistemas e o ser humano. Uma ética da vida, onde todos os seres têm direitos a uma vida respeitada e digna, como membros da criação universal.

O homem colocou sob sua tutela a biosfera, no seu conjunto e em suas partes. Será possível considerar a ética apenas como antropocêntrica? Faz-se necessário pensar numa ética extra-humana, a qual não beneficie apenas a nós, mas também a natureza própria.

A visão científica nos nega pensar sobre a natureza como algo a ser respeitado, pois a reduziu a objeto de lucros. Nem mesmo a ética antropocêntrica encontra seu lugar numa sociedade técnico-científica. Criou-se, mesmo sem uma teoria sobre isto, uma antiética antropocêntrica, ou uma ética das vontades científicas e tecnológicas. Porém, da plenitude do mundo da vida, um eco do princípio da criação, irrompe em nossos dias como um apelo à integridade de toda a criação. Devemos escutá-lo?

Ser humano e a perspectiva científica e tecnológica

Nos tempos passados a técnica era usada para suprir as necessidades humanas e não era caminho condutor da humanidade, mas sim um meio com um grau de adequação e fins bem definidos. Hoje a técnica possui um impulso infinito objetivando um domínio cada vez maior sobre as coisas e sobre os próprios homens.

O homem, com seu poder ultrapassa sua plenitude humana. A possibilidade humana de construir máquinas e elaborar teorias racionalistas com o intuito de progresso e desenvolvimento de uma sociedade, triunfou sobre o homem como ser que sabe e que é capaz de constituir-se como ser-aí. A cidade do homem invadiu a natureza terrenal e usurpou seu lugar. O artificial devorou o natural. O respeito ao “território natural” que ora existia passou a ser considerado como sendo território do homem, para que ele o desfrutasse da maneira que melhor entendesse. Sempre com fins ao progresso e desenvolvimento da sociedade. Numa natureza de abundantes recursos, bastava ao Homem apenas “esticar” a mão e sempre haveria mais recursos, supostamente inesgotáveis, para desfrutar. Antigamente dizia-se: “faça-se justiça e pereça o mundo”. Hoje, diante de uma possível destruição do mundo pelos seres humanos, isto não pode ser pronunciado nem em sentido retórico. A presença do homem no mundo era inquestionável e disto partia qualquer obrigação no comportamento humano. Hoje, essa presença tem a obrigação de garantir a existência física deste mundo, ou seja, protegê-lo das ameaças que o põem em perigo.

Segundo Hans Jonas a ação humana tem que se tal que possa ser pensada sem autocontradição como prática universal dessa comunidade. Para ele não há autocontradição na idéia de que a humanidade deixe de existir ou de que a felicidade das gerações atuais se dá às custas da infelicidade ou inexistência das gerações futuras. Da mesma forma, não há autocontradição de que a existência das gerações futuras se dê devido a sacrifícios e a um parcial extermínio das presentes. A diferença entre as duas afirmações é que numa a humanidade continua, na outra não.

O novo imperativo quer nos dizer que nos é lícito arriscar nossa vida, porém não a vida da humanidade. Não temos o direito de arriscar a vida das gerações futuras por causa da atual. Este novo imperativo se dirige mais à política pública que à privada. Apela à concordância dos efeitos últimos do indivíduo para a continuidade da atividade humana no futuro. Remete-nos “a um futuro real previsível como dimensão aberta de nossa responsabilidade”.

Hans Jonas entende que os governantes possuem uma responsabilidade muito grande com o futuro da humanidade e com o bem-estar das gerações futuras. A previsão do

governante está na sabedoria e na medida que aplica ao presente. Para ele as responsabilidades são maiores na ação política que na privada, mas sua ética deve ser uma ética orientada ao presente. Pois, criando condições éticas de convívio em sociedade, os governantes estarão contribuindo para que os cidadãos de determinada sociedade busquem valores mais altos, predispondo-se a sacrifícios para o bem comum, tanto da sociedade presente como das sociedades futuras. Este não é apenas um caminho para um futuro distinto, mas conserva-se num futuro semelhante.

É importante ressaltar que o objeto de questionamento de Hans Jonas não é a validade da ética em seus fins próprios, mas sua insuficiência diante das novas ações humanas, radicalmente alteradas pelo predomínio da tecnologia e da ciência. Faz-se necessário uma ética de previsão e responsabilidade tão nova quanto as circunstâncias que se apresentam. O predomínio do *homo faber* incitou o homem a recriar o já criado e gerou problematizações éticas inusitadas. Esta intervenção poderosa do homem na natureza desafia a ética diante de situações humanas jamais pensadas. Hans Jonas nos coloca um bom exemplo: a mortalidade do homem. Para os antigos raramente era objeto de aceitação. A mortalidade não era posta em dúvida, mas pensava-se que posição tomar ante o fim. Porém, hoje, com os avanços na ciência são feitos diversos experimentos para atrasar o envelhecimento e prolongar a vida por tempo indeterminado. A morte não é mais vista como consubstancial aos seres vivos, mas uma falha orgânica possível de ser atrasada.

“Parece estar próxima a cumprir-se uma aspiração da humanidade. E pela primeira vez temos de perguntar-nos seriamente, ‘até que ponto esta coisa é desejável’, até que ponto é desejável para o indivíduo e para a espécie?”⁴

Estas questões nos remetem ao sentido de nossa finitude e nossa atitude frente à morte. Quem teria direito a estes avanços da ciência? Os ricos? As autoridades? Todos? A última é a mais justa. Porém, isso causaria problemas na origem.

“Pois é claro que, a escala de grandes populações, o preço que é preciso pagar pela prolongação da vida é uma diminuição proporcional nas opções de novas vidas à existência. A consequência seria um descenso proporcional da juventude e um aumento da população com idade avançada. Em que medida isto seria bom ou mau para o estado geral humano? Ganharia ou perderia a espécie com isto? Seria justo ou injusto fechar o caminho à juventude ocupando o lugar que ela podia ter?”⁵

Para Hans Jonas se suprimimos a morte devemos suprimir a procriação. Tornar-se-ia insustentável ecologicamente se ninguém mais morresse. O mundo seria um mundo das mesmas pessoas. Não haveria mais o privilégio de contemplar o mundo pela primeira vez, como fazem os jovens que descobrem o mundo. Deve-se considerar também o momento *morri* e o papel que desempenha na vida do ser humano. Precisamos uma fronteira, um limite o qual nos faça contar nossos dias.

Pode acontecer que o que seria um desejo do ser humano desde tempos incontáveis – que é tornar-se imortal – torne-se num prejuízo de proporções irreversíveis. Por isso, repensar a ética com vistas nas gerações futuras é urgente. A ciência e a técnica disponibilizam diversos meios de alterarmos nosso modo de ser como espécie habitante do planeta terra. Cabe a uma ética reformulada e holística estabelecer as normas de conduta.

⁴ Ibidem, p. 50.

⁵ Ibidem, p. 50-51.

Nas ciências biomédicas as questões éticas têm uma relação mais direta com a concepção moral do homem. Esta intervenção ultrapassa as categorias antigas da ética. Pois, não fomos equipados por estas para julgar. Há muitas possibilidades, saudáveis e prejudiciais, porém é difícil traçar uma fronteira, um limite entre estas. Hans Jonas exemplifica desta maneira:

“Liberar a enfermos mentais de sintomas dolorosos que provocam transtornos funcionais no organismo parece, sem dúvida, benéfico. Porém, é imperceptível o passo que leva de aliviar ao paciente – uma meta perfeitamente de acordo com a tradição médica – a aliviar a sociedade do incômodo provocado por comportamentos individuais difíceis entre seus membros. Isto representa o passo do uso médico ao uso social das possibilidades técnicas; abre-se assim um campo indefinido de potencialidades preocupantes. Os rebeldes problemas do domínio e da anomia na moderna sociedade de massas são extremamente sedutores ao estender tais métodos de controle a categorias extramédicas com vistas à manipulação social”⁶.

Surgem, então, perguntas sobre os direitos do homem e sua dignidade como ser humano. Perguntas como estas se multiplicam. Porém, cada vez que tentamos resolver os problemas humanos com mecanismos impessoais, estamos tirando sua dignidade pessoal e damos um passo a mais na conversão de um sujeito responsável a um sistema programado de comportamento. Temos que nos questionar se vale a pena manipular o social com a perda da autonomia individual e o prejuízo que podemos ocasionar, idéia esta que não era possível em tempos passados. A capacidade tecnológica transformou o que antes era experiência e apenas especulações racionais em projetos possíveis de realização. Esses afetam a condição total da natureza e todos os seres que provarão ou não suas conseqüências. Hans Jonas nos diz a respeito da nova ética:

“Assim, pois, se a nova natureza de nossa ação exige uma nova ética de mais ampla responsabilidade, proporcionada ao alcance de nosso poder, então exige também – precisamente em nome dessa responsabilidade – uma nova classe de humildade. Porém uma humildade não devida, como antes, à nossa insignificância, senão à excessiva magnitude de nosso poder, ou seja, ao excesso de nossa capacidade de fazer sobre nossa capacidade de valorar e julgar. Ante ao potencial quase escatológico de nossos processos técnicos, a ignorância das conseqüências últimas será em si mesma razão suficiente para uma moderação responsável, ou melhor, traz a possessão da sabedoria”⁷.

Outro aspecto que deve ser levado em conta nesta nova ética são os governos públicos e a sua responsabilidade pelas pessoas que hão de vir. “Que força deve representar o futuro no presente?” Porém, antes desta pergunta, Hans Jonas coloca a pergunta de que inteligência ou que saber se trata. O desenvolvimento do saber deu ao homem na forma da ciência forças que agora precisam ser reguladas por normas.

“Este saber ‘neutralizou’ com respeito ao valor, em primeiro lugar, também ao homem. Agora tombamos ante a desnudez de um nihilismo em que o poder

⁶ Ibidem, p. 52.

⁷ Ibidem, p. 56.

máximo vai paralelo com um máximo vazio e uma máxima capacidade vai paralela com um mínimo de saber sobre ela”⁸.

A questão é se podemos ter uma ética que não seja vinculada ao sagrado, pois este foi destruído pela experiência científica. Uma ética que possa frear estas capacidades extremas que hoje possuímos. Diante das ameaças que nos cercam, o medo pode ser, por enquanto, o substituto da virtude e da sabedoria.

A ética existe para ordenar as ações do homem e regular seu poder, ela funda valores e ao mesmo tempo os preserva. Por isso, novas capacidades de ação requerem novas regras éticas, ou talvez uma nova ética para um relacionamento com o meio ambiente que não seja de dominação.

Nossa responsabilidade para com as gerações futuras

Conforme Hans Jonas, ao pensarmos nossa responsabilidade para com as gerações futuras não podemos concebê-la do modo tradicional de direitos e deveres. Estes, na concepção antropocêntrica, possuem modos complementares de acontecer. Ou seja, o direito do outro é o reflexo do meu dever de respeitar a sua liberdade, sua singularidade. Porém, o outro ainda não-existente não tem a possibilidade existencial de provocar o meu dever e, portanto, não tem como atribuir a mim os direitos que a mim conferem. Desta forma, há uma relação desigual. O ser presente, digno de direitos e deveres e o ser futuro, talvez nunca tornado ser, como alguém que merece existir e tem direito de existir.⁹ Para entender melhor esta idéia de Jonas, leia suas próprias palavras:

“A exigência de ser começa com o ser. Porém, a ética que nós buscamos tem que ver precisamente com que todavia não é, e seu princípio de responsabilidade haverá de ser independente tanto de qualquer idéia de um direito como da idéia de reciprocidade, de tal modo que em seu marco não pode nunca formular-se a jocosa pergunta inventada a respeito: ‘há feito o futuro alguma vez algo por mim? Acaso respeita os meus direitos?’”¹⁰

A proposta de Hans Jonas para um princípio de responsabilidade é um princípio baseado na gratuidade de relações entre os seres humanos entre si e com a natureza. Uma relação onde não prevaleçam os direitos e deveres de uma ética antropocêntrica, mas o espontâneo desejo de contribuir com a existência feliz de futuras gerações. É uma responsabilidade solidária, fraterna, de méritos naturais e criacionais, e não unicamente de méritos pessoais.

Se ousássemos responder as questões levantadas acima por Jonas, poderemos facilmente cair numa espécie de negativismo existencial e acreditar que não somos responsáveis pelo futuro de nossa espécie, mas somente pelo futuro de nossa geração ou da geração de nossos filhos. Afinal, qual a reciprocidade, ou vantagem que ganho em agir de tal forma?

Para Jonas, a responsabilidade que temos para com nossos filhos é uma relação altruísta, onde nos despojamos por inteiro de nosso ser em função da continuação de nossa espécie. Ser altruísta é uma característica inata da natureza humana. Porém, devido ao afastamento individualista da criação, houve uma espécie de “esquecimento” da mesma.

⁸ Ibidem, p. 58.

⁹ Cf. JONAS, Hans, p. 82.

¹⁰ Ibidem, p. 82.

Faz-se necessário resgatar o altruísmo, entendido como parte de nossa identidade natural e que nos aproxima dos demais seres da criação, pois nos revela nossa interdependência e semelhança de condição.

Conforme Jonas, há uma distinção entre o dever para com os filhos gerados por nós e as gerações futuras, de filhos não gerados por nós. O dever para com os primeiros é um dever de fato, pois os colocamos no mundo e fazem parte de gerações descendentes de nosso próprio ser. Há uma relação de sentimento filial com estes. O dever para com as gerações futuras é um dever para com a humanidade em sua existência, independente se as pessoas são nossos descendentes ou não. É, também, um dever para com sua essência.¹¹

O dever para com a essência da humanidade está baseado em princípios éticos, os quais observados preservarão a existência humana. Com relação à dedução ética a respeito de direitos e deveres podemos colocar assim: Se deixarmos o meio ambiente ou a natureza humana perder-se devido à nossa falta de responsabilidade, os humanos das gerações futuras têm o direito de acusar-nos de irresponsáveis e causadores de sua miséria. Temos, portanto “em razão do direito da existência” de gerações futuras “um dever de autores” pelos ainda não existentes, mas que serão afetados pelas nossas ações e omissões.¹²

Nossa responsabilidade para com as gerações futuras não é tanto velar pelos seus direitos. Devemos criar condições para que o direito à felicidade e uma vida harmonicamente equilibrada aconteça. Nossa principal missão é criar condições para que as gerações futuras exerçam o seu dever. Dever de gestar uma “autêntica humanidade”. Estes deveres poderiam acontecer sob a “ética da solidariedade, da simpatia, da equidade, da compaixão inclusive”¹³. Estes mesmos valores éticos devemos nós respeitar hoje. Essa é a nossa responsabilidade.

“Se trata aqui, portanto, como já dito, de um dever que responde a um direito ‘existente’ – isto é, antecipado como existente – de outra parte: o direito a uma essência humana aceitável. Porém, este dever está condicionado ao dever antes mencionado de possibilitar a existência de futuros sujeitos de direitos, dever que não responde a nenhum direito, senão que, entre outros, nos concede antes de tudo o direito para trazer à existência seres como nós, sem ter lhes perguntado antes. O direito individual se serve do dever geral e não ao inverso”¹⁴.

Diante de nossa responsabilidade com a existência das gerações futuras, irrompe novamente as seguintes perguntas:

“É, então, parte de nossas obrigações ocupar-nos das necessidades dos indivíduos que nascerão depois de nós? Temos o dever de preservá-los dos sofrimentos que podem derivar de um comportamento irresponsável por nossa parte?”¹⁵

E J. Passmore questiona a idéia propagada por alguns endeusadores da técnica e da ciência que acreditam ser os recursos naturais inesgotáveis:

¹¹ Cf. JONAS, Hans, p. 83-84.

¹² Cf. JONAS, Hans, p. 85.

¹³ Cf. JONAS, Hans, p. 87.

¹⁴ Ibidem, p. 87.

¹⁵ LA TORRE, M. Antonietta, *op. cit.*, p. 79.

“... Deveremos considerar, pois, o ‘problema do esgotamento dos recursos’ como um falso problema e as necessidades da posteridade como demasiadamente distantes, para que seja racional ocupar-nos delas?”¹⁶

Essa pergunta de Passmore é muito oportuna quando ocupamo-nos com a responsabilidade para com as gerações vindouras. Se afirmarmos ser falso o problema do esgotamento dos recursos naturais, estamos aderindo à visão cartesiana de mundo e tornando infinitos os recursos naturais finitos. Sendo os recursos permanentemente renováveis, a espécie humana e as demais espécies animais e vegetais não correm risco de extinção. Portanto, aderir a uma posição de tais idéias conseqüentemente leva a um mascaramento da realidade e a uma possível auto-destruição em pouco espaço de tempo. Para Passmore o Ocidente nunca se permitiu controlar totalmente pela idéia de não-responsabilidade em relação à natureza, com sua conservação e preservação. É esta semente adormecida da responsabilidade que se faz necessário regar. É esta possibilidade de renovação e de uma nova ética pulsante no coração e nas mentes de cada renovador que precisamos apostar.

Blackham em seu livro *O programa Humano* questiona as “responsabilidades”, numa tentativa de concretizar perguntas com respostas ainda vagas. A nossa participação responsável para com os filhos futuros é uma participação holística, numa espécie de família global orientada a reeducar-se mutuamente em função da continuação da espécie. Arrisco-me a responder as questões de Blackham de forma sintética: a) os responsáveis são os seres humanos; b) frente a uma existência ameaçada; c) da extinção dos seres humanos como espécie. Com estas respostas breves quero simplesmente ressaltar a responsabilidade por nós mesmos, de forma universal. Não uma forma egoísta ou antropocêntrica de entender a responsabilidade, mas numa forma que envolve toda a criação altruisticamente. Mas, será nossa responsabilidade com a criação apenas um modo de nós, seres humanos, não sermos extintos? E a relação interdependente e fraternal com as demais criaturas?

Trata-se de uma responsabilidade moral, a qual ultrapassa as normas dos direitos e deveres. É uma “responsabilidade coletiva” que somente tem possibilidades de acontecer se houver uma “consciência universal”¹⁷. Este é o único caminho que pode pôr freios a enlouquecida corrida tecno-científica e propiciar às gerações futuras um ecossistema equilibrado e harmônico.

“Se somos responsáveis para com nossos próprios semelhantes, e durante o tempo que vislumbramos como possível para a humanidade, se pode conceder um valor ao mundo natural e, por conseguinte, respeitá-lo por ele, não na linha dos princípios”¹⁸.

Podemos distinguir duas formas de ética: ética do dever e da responsabilidade e ética mais abrangente, nutrida pelo querer, a qual podemos considerar uma “ética da aspiração”. Na ética do dever encontramos o respeito à natureza, a preservação, a responsabilidade para com as gerações futuras.

Na ética da “aspiração” podemos considerar os sentimentos de beleza, harmonia, a união mística e fraterna com a natureza.¹⁹ Nesta ética podemos encontrar o que podemos chamar de relação de cuidado com a criação. Não somos apenas responsáveis, mas

¹⁶ Cf. PASSMORE, J. Apud. LA TORRE, M. Antonietta, *op. cit.*, p. 79.

¹⁷ LA TORRE, M. Antonietta, *op. cit.*, p. 81.

¹⁸ *Ibidem*, p. 82.

¹⁹ *Ibidem*, p. 82.

cuidamos de nossa casa (eco) de maneira semelhante a uma mãe que cuida amavelmente seus filhos. Vamos aprofundar esta dimensão no item seguinte.

A dimensão do cuidado com meio ambiente

O que é “cuidado”? Leonardo Boff nos dá a seguinte definição:

“Cuidado significa, então, desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato... estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude”²⁰.

No modo-de-ser-cuidado a natureza não é vista como objeto de exploração e dominação. Há relação de com-vivência. Ela deixa de ser “sujeito-objeto” para tornar-se um “sujeito-sujeito”. Os seres são vivenciados e entendidos como sujeitos e sua presença junto de nós é uma presença existencial. Eles têm vida, valores, são símbolos de uma Realidade maior e desconhecida que os criou. A natureza tem voz e emite mensagens de beleza, encantamento e grandeza. Ser humano e natureza tem uma relação de comunhão, tornando-se interdependentes e entrelaçados.²¹

“Cuidar das coisas implica ter intimidade, senti-las dentro, acolhê-las, respeitá-las, dar-lhes sossego e repouso. Cuidar é entrar em sintonia com, auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele. A razão analítico-instrumental abre caminho para a razão cordial, o *‘sprit de finesse’*, o espírito de delicadeza, o sentimento profundo. A centralidade não é mais ocupada pelo *logos*, razão, mas pelo *pathos*, sentimento”²².

Quando assumimos a dimensão do cuidado em nossas vidas, vivemos verdadeiramente a experiência do valor que não nos permite agir utilitariamente ou egoisticamente. Abrimo-nos à alteridade. Conforme o Professor e Filósofo Ricardo Timm de Souza alteridade é “a absoluta intocabilidade ética da condição de ‘outro’ do Outro, daquele que não se reduz ao Mesmo”²³.

Esta alteridade na relação Homem-natureza só pode acontecer de forma satisfatória quando o ser humano se despir de sua ação totalizante, centralizadora e exploradora. Uma relação de respeito, holística e de responsabilidade mútua, torna-se a re-ligadora de uma comunhão criacional à muito tempo perdida.

Um dos grandes desafios para o modo-de-ser-cuidado é o modo-de-ser-trabalho. São duas dimensões complementares, porém na história da humanidade foram entendidas e vivenciadas de maneira oposta. O trabalho foi entendido apenas como forma de acumular capital, conseguir sucesso, obter fama. Perdeu-se a relação doação-serviço, como algo prazeroso e verdadeiramente dignificante. As pessoas escravizaram-se em quatro paredes, em grandes centros urbanos, com a intenção do lucro e do conforto. É um trabalho escravo do dinheiro, racional, produtivo, triste. Parece que a vida acontece somente nos finais de semana, quando por algumas horas mágicas “vive-se”.

²⁰ BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91.

²¹ CF, BOFF, Leonardo, p. 95.

²² Ibidem, p. 96.

²³ DE SOUZA, Ricardo Timm,

“A ideologia latente no modo-de-ser-trabalho-dominância é a conquista do outro, do mundo da natureza, na forma do submetimento puro e simples. Esse modo de ser mata a ternura, líquida o cuidado e fere a essência humana”²⁴.

O ser humano precisa descobrir o seu modo-de-ser-cuidado. E este brota do *pathos*, do sentimento, da compreensão, da empatia, simpatia, do cuidado. O *logos* é secundário no modo-de-ser-cuidado. Por isso não é concebível redimensionar nossa relação com a natureza de forma racional, mas sim de modo sentimental. A razão não soube relacionar-se com a criação de modo construtivo. Criou mecanismos e sistemas que nos conduziram à beira de uma autodestruição. O sentimento, esse modo feminino de ser, torna a natureza nossa Mãe e Irmã. São Francisco de Assis, o irmão universal, vivenciou de forma cuidadosa essa relação filial e fraternal. Se colocarmos o cuidado como central em nossas vidas e permitimos o sentimento acontecer, podemos alterar a condição do “modo-de-ser-trabalho-produção-dominância” em que estamos submergidos. Esta posição não significa um abandono total ao trabalho ou à razão, mas uma forma de integrar-se equilibradamente e harmonicamente com todo o universo. É renunciar ao poder, à dominância, à racionalidade instrumental e autodestrutiva. É comungar com a natureza, com o mais sofrido, com a comunidade universal. É permitir o acontecer de um holismo integrador e vivenciador.

Boff acredita numa ética da responsabilidade como forma solidária de exercer o cuidado com os demais seres.

“Então ético seria também potencializar a solidariedade generacional no sentido de respeitar o futuro daqueles que ainda não nasceram. E, por fim, ético seria reconhecer o caráter de autonomia relativa dos seres; eles também têm direito de continuar a existir e a co-existir conosco e com outros seres, já que existiram antes de nós e por milhões de anos sem nós. Numa palavra, eles têm direito ao presente e ao futuro”²⁵.

Para Boff, esta nova ética deve acontecer contendo em seu interior uma mística, a qual conduza os seres humanos a uma re-ligação com os demais seres. Uma volta ao estado natural de criaturas. Esta re-ligação é a linha mestra que conduzirá uma relação fraterna e solidária entre os seres. É um caminho para o abandono da razão instrumental e tecnicista como as condutoras da humanidade. O autor procura deixar claro a existência de duas formas de ecologia: a ecologia exterior, representada pelos ecossistemas, espécies animais e vegetais, equilíbrio, desequilíbrio e a ecologia interior, representada pela solidariedade, a re-ligação, a agressividade, as estruturas de depredação, etc. na ecologia interior a mística é elemento essencial, pois permite ao ser humano entender-se como parte da criação e construtor de um universo equilibrado, sem falsos moralismos.²⁶ É na ética interior onde acontece o verdadeiro cuidado, pois as criaturas deixam de apenas existir para realmente serem criaturas, essenciais para a harmonia ecológica criacional.

Boff procura definir dois princípios necessários para uma nova ética, voltada ao meio ambiente: o princípio responsabilidade, que tem como precursor Hans Jonas e que pudemos ter conhecimento de algo de sua teoria como visto acima e o princípio

²⁴ Ibidem, p. 97-98.

²⁵ Cf. AUER, A. apud BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1999. p. 23.

²⁶ Cf. BOFF, Leonardo, p. 212.

compaixão. Este está presente nas grandes espiritualidades da humanidade, tanto no Ocidente como no Oriente e tem como princípio norteador:

“Bom é tudo o que conserva e promove todos os seres em seu equilíbrio dinâmico, especialmente os vivos e, dentre os vivos, os mais fracos e ameaçados; mau é tudo o que prejudica e faz desaparecer os seres ou destrói as condições de sua reprodução e desenvolvimento”.²⁷

A ética da responsabilidade associada à ética da compaixão geram um novo entendimento da natureza. Formam-se laços construtivos, onde o cuidado passa a ser a força motriz de toda a ação. A razão passa a ser um instrumento de distinção ética, auxiliando nas melhores escolhas a serem feitas em favor do bem comum de todos. Uma nova ética poderá gerar um novo modo de ser no mundo dos seres vivos e poderá estabelecer uma nova aliança entre razão, compaixão e responsabilidade.

Palavras finais

Nas linhas temporais de nossa existência construímos um universo somente para nós. Um universo antropocêntrico regido pelas nossas leis e edifícios, nossas regras e artificialidades, nossas razões e técnicas. Nosso *modus vivendi* tornou-se fazer, gestar, criar, experimentar o novo, feito por nós, de forma inquietante e pulsante, reproduzindo humanamente o pulsar de nossa Mãe-Terra em ação. Nos tornamos seres sem parada, que não podemos parar e precisamos dar vazão ao nosso conhecimento. O movimento renovador do universo é o motor humano. Nossa razão tornou-se a construtora de uma humanidade, conforme suas leis e razões.

Um novo modo de ser humano é nosso próximo passo na evolução. Um ser despido do “fazer” o mundo acontecer e da liberdade de deixar a criação viver. Um ser voltado ao que está escondido em nossa alma e não está presente em nossa razão. Um ser de responsabilidades, não regidas pelo relógio, pela gravata ou pelo dinheiro, mas regido e conduzido pelo sol, pela criação, pelo Outro próximo mais próximo e pelo Outro distante ou que nem sequer existe, mas que por causa de nosso gesto responsável existirá e será Outro. Um ser da gratuidade e da solidariedade em nosso agir e existir. Por fim um ser místico, re-ligado a sua sempre presente, mas já abandonada, condição criacional.

Somos seres inteligentes e capazes de construir o novo. Nosso saber construiu ciência e técnica. Nossa responsabilidade sapiencial não exclui estes conhecimentos, integra-os e os põe a serviço para as gerações presentes e futuras numa construção harmônica com todo o universo. Nosso saber deve ser orientado ao ser e a todas as suas necessidades. O progresso pode continuar a ser uma realidade, mas numa forma relacional, onde cada criatura seja levada em consideração e, cada ação humana respeite a vida de todos os seres vivos.

Com o surgimento de um novo homem, surge uma nova ética, mais integral, menos humana e mais criacional. Uma ética da criação, voltada a todos os seres, entendidos como dignos de respeito e de vida.

²⁷ Cf. KÖSEL, Münchem, apud, BOFF, Leonardo, p. 211.

Bibliografia

- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1997. 447 p.
- JONAS, Hans. *El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Barcelona: Herder, 1995.
- LA TORRE, Maria Antonietta. *Ecología y moral: la irrupción de la instancia ecológica en la ética de occidente*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1993.
- PECCEI, Aurélio, IKEDA, Daisaku. *Antes que seja tarde demais*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- SOUZA, Ricardo Timm de. *Totalidade e desagregação: sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- TOYNBEE, Arnold J. *A sociedade do futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.